

Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados

A VINCI Energies do Brasil e suas empresas (o “Grupo”) estão engajadas e empenhadas na proteção dos dados pessoais tratados no exercício das suas atividades e interações com fornecedores, prestadores de serviço, usuários do website, clientes, representantes comerciais, candidatos, colaboradores e prestadores de serviços.

Assim, o Grupo assegura que trata todos os dados pessoais de forma responsável e segura, para garantir a sua confidencialidade e proteção, de acordo com a regulamentação em vigor, em particular a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18, a “LGPD”).

Nossa Política de Privacidade explica:

- Quais informações coletamos e por que as coletamos
- Como usamos essas informações

O titular de dados pessoais, ao se relacionar de forma direta ou indireta com o Grupo, deve estar ciente e compreender os termos da presente Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados (“Política de Privacidade”).

1. Governança

Para garantir a proteção dos dados pessoais, o Grupo nomeou um Encarregado de Dados ou *Data Protection Officer* (DPO) para o Brasil: **Brunno FERREIRA**.

O DPO foi nomeado com base nas suas qualidades profissionais e, em particular, no seu conhecimento da proteção de dados pessoais e na sua capacidade para desempenhar as tarefas referidas no artigo 41, §2º da LGPD. Ele é responsável por (i) receber as reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências; (ii) receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e adotar providências; (iii) orientar os funcionários e os contratados da Empresa a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e (iv) executar as demais atribuições determinadas pelo controlador, por normas complementares e pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

2. Definições

2.1. Principais conceitos:

Dados pessoais: significa qualquer informação relativa a uma pessoa natural identificada ou identificável (“**Titular dos Dados**”) por um identificador qualquer, como um nome, um número de identificação, dados de localização, ou elementos específicos da sua identidade fisiológica, genética, psicológica, econômica, cultural ou social que permitam a sua identificação.

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Tratamento: toda operação realizada com os Dados Pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Agentes de tratamento: o controlador e o operador.

Encarregado de Dados (ou DPO): pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

3. Tratamentos, Finalidades e Bases legais

3.1 Tratamentos e Finalidades



BRASIL

No âmbito do tratamento de dados pessoais realizado pelo Grupo, é assegurado que os dados pessoais recolhidos ou transmitidos pelos titulares são adequados, relevantes e não excessivos em relação às finalidades do tratamento pretendido. A VINCI Energies no Brasil e suas empresas se comprometem a tratar os dados estritamente necessários para a atividade a que se destina a coleta, atendendo a propósitos específicos e legítimos.

Os dados pessoais coletados e tratados são aqueles estritamente necessários para a execução das suas atividades, cumprimento de contratos, bem como para a consecução dos objetivos perseguidos pelo Grupo no âmbito das suas atividades, exemplificativamente para as principais finalidades: *Controlar/organizar os times técnicos alocado em projetos e obras; Cumprir obrigações trabalhistas, regulatórias e fiscais; Cumprir obrigações contratuais junto a clientes e fornecedores; Analisar currículos de candidatos e realização de contatos e entrevistas; Comprovar poderes de representantes legais de parceiros, clientes, fornecedores; Garantir a segurança e o controle de acesso das pessoas que transitam pela empresa; Realizar treinamentos, eventos, reservas de veículos, hotéis, dentre outras finalidades.*

3.2 Bases legais:

As bases legais para os tratamentos realizados se enquadram nas previsões estipuladas na LGPD. Em especial, as bases legais mais empregadas pelo Grupo VINCI são:

- consentimento do titular
- cumprimento de obrigação legal ou regulatória
- a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados
- para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro

Em hipóteses excepcionais o Grupo pode tratar dados pessoais com base no legítimo interesse.

Quando se trata de dados sensíveis, as principais bases legais empregadas são:

- consentimento
- cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador
- proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro
- garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos

Quando o Grupo atua na qualidade de Operador de Dados, na acepção da LGPD, a base legal e as finalidades do tratamento serão as definidas pelo Controlador responsável pelo tratamento.

BRASIL

3.3. Registro de atividades de processamento

Todas as atividades de processamento realizadas pela pelo Grupo são registradas em seu Registro das Operações de Tratamento de Dados Pessoais, de acordo com o artigo 37, da LGPD.

3.4. Cookies

Um cookie é um arquivo de texto armazenado em determinado dispositivo (computador, telefone, tablet), conforme as opções feitas pelo utilizador, quando é visitado um site ou consultada uma publicidade, com o intuito de recolher informações sobre a navegação e, em seguida, propor conteúdo personalizado ao dispositivo.

O Grupo poderá utilizar cookies para personalizar a experiência do usuário. Para conhecer na íntegra nossa política de *Cookies* acesse: <https://www.vinci-energies.com.br/pt/cookies/>

4. Prazo de conservação dos dados

Os dados pessoais tratados pelo Grupo serão mantidos apenas pelo tempo necessário para atingir a finalidade para a qual se destinou a coleta, ou com o fim do período de tratamento, ocasião em que serão devidamente eliminados, podendo ser mantidos apenas para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelas empresas da VINCI Energies no Brasil, observados os prazos prescricionais previstos em lei, ou nas demais hipóteses em que a LGPD permite, conforme art. 16 da Lei.

Em caso de retenção dos dados pelo Grupo, este observará sempre a necessária segurança e proteção aos dados guardados.

Na hipótese de dado mantido através do consentimento do titular, este poderá ser eliminado no caso de revogação do consentimento, ressalvados os casos em que, por determinação legal ou regulatória, o Grupo seja obrigado ou autorizado a mantê-los.

5. Direitos e Responsabilidades dos Titulares dos Dados

5.1 Direitos dos Titulares

Aos Titulares dos Dados a lei determina que sejam assegurados os direitos fundamentais de liberdade, intimidade e privacidade.

BRASIL

Além disso, todo Titular tem direito a obter do controlador a confirmação sobre a existência de tratamento de dados, o acesso aos seus dados pessoais, a retificação de dados incorretos ou inexatos/desatualizados, a anonimização, bloqueio ou eliminação dos dados desnecessários, excessivos ou tratados de forma contrária à LGPD.

Pode ainda pedir a exclusão de seus dados, caso tenha dado o consentimento para o tratamento (exceto nas hipóteses em que a LGPD permite a manutenção, ainda que haja o pedido de eliminação pelo Titular, como, por exemplo, para cumprimento de obrigação legal pelas empresas do Grupo).

O titular tem também o direito a, dentre outros: conhecer a finalidade específica do tratamento realizado; a receber informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; e também a revogar seu consentimento, quando possível, de acordo com a lei; a identificar de forma clara quem é o controlador dos seus dados e receber as informações de contato do controlador; saber se há uso compartilhado de dados pelo controlador e para qual finalidade; saber as responsabilidades dos agentes envolvidos no tratamento dos seus dados pessoais.

Para o exercício desses direitos, o Titular deverá entrar em contato com o DPO, através do canal: **privacidadededados@vinci-energies.com**, indicando suas dúvidas ou requerimentos. Para garantir a proteção dos dados, a VINCI poderá demandar informações adicionais a fim de assegurar que quem está formulando o requerimento é, de fato, o titular dos dados, buscando assim, evitar que terceiros não autorizados tenham acesso indevidos aos dados do Titular.

É direito ainda do Titular de Dados apresentar reclamações junto à Autoridade Nacional de Proteção de dados, no caso de constatação de violações por parte do Grupo.

O Grupo compromete-se a, quando atuando na qualidade de Operador, assistir os Controladores para que possam responder a todas as solicitações do(s) Titular(es) dos Dados relativamente ao exercício dos seus direitos sobre os dados pessoais acima referidos, em conformidade com as regras aplicáveis.

6. Segurança de dados pessoais

6.1 Segurança dos dados

O Grupo implementou medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança e confidencialidade dos dados pessoais. Estas medidas destinam-se a garantir um nível de

BRASIL

segurança, informático e físico, adaptado à sensibilidade dos dados e aos riscos que pesam sobre os Interessados em caso de incidente e se compromete a adotar medidas administrativas e técnicas razoáveis de precaução para evitar destruição, perdas, roubos, abusos, divulgações indevidas, alterações ou acessos não autorizados relacionados a estes dados. Para tanto, mantém uma Política de Segurança da Informação que abrange, exemplificativamente:

- tecnologia para proteção contra acessos não autorizados aos sites e computadores
- sistema de autenticação de dois fatores para acessos em dispositivos móveis
- liberação de acesso a determinadas categorias de dados apenas a pessoas previamente autorizadas e mediante exigência de sigilo etc.

Ainda assim, incidentes de segurança são passíveis de acontecer, mas o Grupo compromete-se a constantemente atualizar suas práticas, visando garantir o máximo de segurança aos dados pessoais coletados e possui uma Política ativa de gestão e resposta a incidentes.

As empresas do Grupo comprometem-se a preservar a confidencialidade dos dados pessoais e a cumprir todos os requisitos legais que regem a comunicação de dados pessoais.

Os dados pessoais apenas serão acessíveis às pessoas do Grupo que efetivamente precisarem acessá-los para a finalidade para as quais foram coletados. O Grupo conta com uma Política Interna de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, com orientações voltadas a todos os seus colaboradores quanto aos requisitos de observância necessários para garantir a segurança e a privacidade dos dados pessoais tratados pelos colaboradores.

7. Compartilhamento e Transferência de dados pessoais

7.1. Compartilhamento de Dados Pessoais

7.1. Os Dados Pessoais coletados pelo Grupo poderão ser compartilhados de acordo com as finalidades específicas listadas nesta Política. Além disso, listamos abaixo as principais hipóteses de compartilhamento:

- i. Com empresas prestadoras de serviços, quando necessário o compartilhamento para conferir direitos/benefícios aos titulares, ou cumprir obrigações legais ou contratuais;

BRASIL

- ii. Com empresas clientes, quando necessário para atender às obrigações legais ou contratuais;
- iii. Com empresas do mesmo grupo econômico, para fins de consolidações de informações intragrupo.
- iv. Com empresas de consultoria e escritórios de advocacia, para proteção dos interesses, incluindo casos de demandas judiciais, administrativas e arbitrais;
- v. Com empresas fornecedoras, para armazenamento em nuvem, gerenciamento de banco de dados, análise de dados e melhorias das funcionalidades, incluindo marketing;
- vi. Com empresas de auditorias e análise de qualidade da prestação dos Serviços do Grupo;
- vii. Com órgãos e autoridades públicas, para fins de cumprimento de obrigações legais, acessórias e/ou regulatórias ou judiciais.

Asseguramos que, ao compartilhar dados pessoais, adotamos proteções contratuais para garantir que os terceiros empreguem equivalente nível de segurança adotado pelo Grupo.

As transferências internacionais de dados pessoais são previamente informadas aos respectivos Titulares, e estão sujeitas à implementação de medidas específicas que assegurem um nível de proteção suficiente e adequado, como as Cláusulas Contratuais Padrão.

8. Legislação e Foro

8.1 Qualquer demanda relacionada ao presente política deverá ser submetido ao Foro da Comarca de Belo Horizonte/Minas Gerais, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, e será julgado exclusivamente conforme as leis da República Federativa do Brasil

A presente Política Geral de Proteção de Dados pode estar sujeita a alterações, consoante os desenvolvimentos legislativos e regulamentares e alterações na organização ou atividades da VINCI Energies e suas empresas no Brasil.

Última atualização em 15/06/2022